



FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouviodoria: 0800-7220140

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia nos exercícios findos nestas datas. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2022 começa com a esperança de que a variante Ômicron seja a transição necessária para que a Covid-19 deixe de ser uma doença pandêmica e passe a ser endêmica, como as outras formas de gripe conhecidas. Entretanto, a despeito dessa perspectiva otimista, o ano reserva outros desafios externos e internos que devem fazer com que a volatilidade seja a tônica dos próximos meses. No cenário externo, o principal evento será o processo de elevação dos juros nos EUA. A última vez que isso aconteceu foi em dezembro de 2015 quando a inflação corrente acumulada em 12 meses estava em apenas 0,23%. Ou seja, o FED estava claramente se antecipando a uma possível pressão inflacionária. Dessa vez fechamos 2021 com o Índice de Preços ao Consumidor (CPI na sigla em inglês) em 7,00%, indicando que, dessa vez, o BC americano terá que desinflationar a economia, o que é bem diferente. Por isso, a projeção do mercado de que os juros americanos irão a trajetória de 6 anos atrás, saindo do mesmo intervalo entre 0,00% e 0,25% e passando para 2,50% ao final do ciclo, nos parece muito otimista. Esse, sem dúvida, é o maior risco que teremos nos mercados em 2022, uma revisão abrupta da trajetória de juros nos EUA. A boa notícia é que o FED tem tudo sucesso em comunicar com antecedência as mudanças de rumo na sua política monetária sem causar grandes abalos nos preços dos ativos financeiros. Basta observar que a expectativa dos mercados em junho de 2021 era de que a primeira alta dos juros ocorreria apenas em 2023, agora já precificam quatro altas em 2022 e não houve nenhuma ruptura nos ativos.

O crescimento da China será outro fator a ser acompanhado atentamente. Os recentes problemas no setor imobiliário chinês não devem causar uma crise financeira como vimos nos EUA em 2008, mas certamente causará uma importante desaceleração em um setor que representa quase 25% do PIB. Portanto, a forma como a China vai lidar com esse problema poderá influenciar os preços dos ativos ao redor do mundo, principalmente aqueles ligados ao setor de commodities.

Portanto, o cenário externo deverá ser menos favorável em 2022 para ativos mais arriscados em geral e para os brasileiros em particular do que foi em 2020 e 2021.

As eleições presidenciais de outubro deverão dominar o cenário interno a partir do 2º trimestre do ano e os mercados deverão repercutir, principalmente, os impactos fiscais das agendas dos candidatos. Quanto mais incertezas geradas sobre o futuro do arcabouço fiscal, mais volatilidade no câmbio, mais pressão sobre a inflação, juros mais altos e menos crescimento. A nossa expectativa para o comportamento do real frente ao dólar no Brasil é que ele acompanhe o calendário eleitoral, ficando mais pressionado entre o 2º e o 3º trimestres, quando poderá chegar a níveis ao redor de R\$/USD 6,00, com algum alívio no último quarto do ano, fechando o 2022 próximo de R\$/USD 5,70.

O Brasil fechou 2021 com um surpreendente superávit primário de 0,15% do PIB e com uma dívida bruta de 81,1% do PIB, elevando os padrões de um país emergente, mas bem melhor do que se esperava no início do ano. Entretanto, ao longo de 2021, várias medidas de enfraquecimento do arcabouço fiscal brasileiro foram tomadas, com destaque para a revisão da fórmula de cálculo do Teto dos Gastos. Esses movimentos aumentaram os questionamentos a respeito da trajetória futura da política fiscal, pressionando o Banco Central do Brasil (BCB) a subir mais os juros com o aumento do prêmio de risco nos ativos brasileiros. A nossa expectativa é que as taxas alcancem 11,50% a.a. na reunião de março, ficando nesse patamar até o final do ano, nível que deverá levar o PIB brasileiro a crescer algo ao redor de 0,3%, após 4,5% de alta em 2021. Mesmo com essa expressiva desaceleração da atividade econômica, a inflação não deverá convergir para a meta em 2022, com a nossa projeção de 5,00% para o IPCA no ano estando no seu limite superior do intervalo de tolerância (meta de 3,5% com um intervalo de tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo).

A conclusão é que 2022 será um ano em que a volatilidade será a tônica dos mercados, principalmente por causa das dúvidas em relação à política monetária nos EUA. No Brasil, às incertezas externas, podemos acrescentar aquelas inerentes a uma eleição presidencial muito polarizada onde os temas econômicos serão os destaques da campanha.

SUSTENTABILIDADE ESG

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacamos o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Para tanto, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas, clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios.

evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos ambientais, sociais ou de governança significativos ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. O Alfa tem trabalhado fortemente para aprimorar a integração da sustentabilidade às suas estratégias de negócios e de suas operações, aperfeiçoando uma série de iniciativas e processos ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG). Em relação a isso, destacamos nossa atuação crescente em setores como a energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, as principais operações que merecem destaque ao longo do ano de 2021 são:

- Coordenador da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Altonda Ambiental Participações S.A., incluindo prestação de garantia firme e estruturação, de todas as etapas do processo, que culminou não só no sucesso da emissão, mas também em sua classificação como sustainability-linked bonds - "SLB", no volume de R\$270 milhões.
- Coordenou a 1ª (primeira) emissão da CAECE no mercado de capitais, em uma região bastante quente do setor de saneamento no Nordeste. A maioria dos recursos captados com a emissão de debêntures (R\$520 milhões do total de R\$776 milhões) serão destinados a investimentos em projetos de abastecimento de água e sistema de esgoto sanitário, com o intuito de cumprir com o percentual mínimo de cobertura indicado no marco de saneamento;
- Coordenou a emissão de debêntures da SPIC - A empresa utilizará a totalidade dos recursos de pouco mais de um bilhão de reais para a modernização da UHE São Simão, que está entre uma das maiores UHEs em operação hoje no Brasil. A SPIC atua com a matriz de hidro, eólica e térmica exclusivamente a gás natural, sendo um dos maiores conglomerados de energia no mundo;
- Coordenador da emissão de debêntures da AEGEA no valor de 7,8 bilhões de reais (sendo a participação do Alfa no valor de 200 milhões de reais) que foram usados para o financiamento da outorga de determinados blocos de concessão de saneamento da CDEAE. O leilão dos blocos da CDEAE foi um sucesso e, em boa medida, um alívio para uma região carente em saneamento. Com essa operação, a AEGEA se tornou a maior operadora privada de saneamento do Brasil;
- Fiança BNB para a Statkraft no valor de 200 milhões de reais e para Echoenergia no valor de 187 milhões de reais, com duração de dois anos, com finalidade de garantir a operação de financiamento do Parque Eólico;
- Fiança BNDES para a Casa dos Ventos no valor de 45 milhões de reais para três anos, com finalidade de garantir a operação de financiamento do Parque Eólico.

Para 2022, o Alfa vem trabalhando numa agenda mais rica e mais completa, visando um crescimento sustentável e inclusivo, que promova a preservação do meio ambiente e a integração social e assegure uma boa governança e integridade no ambiente de negócios.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido do Banco atingiu no exercício R\$ 73.739 mil (2020 R\$ 73.684 mil) correspondendo à rentabilidade anualizada de 4,78% (2020 4,95%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.542.730 mil (inicial de 2020 R\$ 1.488.318 mil). A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 832,91 (2020 R\$ 838,28).

Os juros sobre o capital próprio alcançaram R\$ 21.827 mil no exercício (2020 R\$ 20.589 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 14,31 (2020 R\$ 5,03) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 599,77 (2020 R\$ 578,62) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa nº 13"b".

Os juros sobre o capital próprio referente ao 1º semestre totalizaram R\$ 11.296 mil (2020 R\$ 9.761 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 14,31 por lote de mil ações ordinárias (2020 não houve pagamento para ações ordinárias) e R\$ 299,89 (2020 R\$ 277,95) por lote de mil ações preferenciais. Para o 2º semestre de 2021 foi aprovado o valor de R\$ 10.531 mil (2020 R\$ 10.828 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 299,88 por lote de mil ações preferenciais (2020 R\$ 5,03 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 300,67 por lote de mil ações preferenciais).

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido da Companhia atingiu no exercício R\$ 76.059 mil (2020 R\$ 50.498 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 7,75% (2020 5,31%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 981.886 mil (inicial de 2020 R\$ 950.894 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 740,94 (2020 R\$ 491,93).

Os juros sobre o capital próprio alcançaram R\$ 21.252 mil no exercício (2020 R\$ 19.152 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 25,05 por lote de mil ações ordinárias (2020 não houve pagamento para ações ordinárias) e R\$ 448,90 (2020 R\$ 434,53) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa nº 13"b". Os juros sobre o capital próprio referente ao primeiro semestre totalizaram R\$ 9.892 mil (2020 R\$ 9.053 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 224,45 (2020 R\$ 205,39) por lote de mil ações preferenciais. Para o segundo semestre de 2021 foi aprovado o valor de R\$ 11.360 mil (2020 R\$ 10.099 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 25,05 por lote de mil ações ordinárias

(2020 não houve pagamento para ações ordinárias) e R\$ 224,45 (2020 R\$ 229,14) por lote de mil ações preferenciais.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.036.693 mil ao final do exercício (31/12/2020 R\$ 981.886 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 10.099,05 (31/12/2020 R\$ 9.565,14). A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/03/2021, homologada em 08/06/2021 pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento do capital social para R\$ 489.598 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 15.668 mil. O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normalizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 14,53% (31/12/2020 15,44%) ao final do exercício, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 8.507.019 mil (31/12/2020 R\$ 4.189.264 mil) e consolidado R\$ 9.692.870 mil (31/12/2020 R\$ 7.523.769 mil) ao final do exercício. Esses recursos estavam representados por R\$ 83.443 mil (31/12/2020 R\$ 79.238 mil) em depósitos à vista no consolidado, R\$ 8.502.167 mil (31/12/2020 R\$ 4.181.571 mil) e consolidado R\$ 9.604.575 mil (31/12/2020 R\$ 5.404.679 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ zero (2020 R\$ 2.032.159 mil) em recursos de acetes e emissão de títulos no consolidado e R\$ 4.852 mil (31/12/2020 R\$ 7.693 mil) em repasses do BNDES e FINAME (individual e consolidado).

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 9.951.832 (31/12/2020 R\$ 5.753.874 mil) e consolidado R\$ 11.187.377 mil (31/12/2020 R\$ 9.329.684 mil) ao final do exercício. A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 210.221 mil (31/12/2020 R\$ 84.705 mil) e consolidado R\$ 281.563 mil (31/12/2020 R\$ 290.093 mil). A Companhia e sua controlada classificaram 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

O total da carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" atingiu o saldo de R\$ 5.680.507 mil (31/12/2020 R\$ 4.092.006 mil) e consolidado R\$ 6.793.112 mil (31/12/2020 R\$ 7.490.682 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 55.630 mil (31/12/2020 R\$ 50.011 mil) e consolidado R\$ 65.625 mil (31/12/2020 R\$ 56.666 mil), correspondente a 0,97% (31/12/2020 1,27%) e consolidado 0,96% (31/12/2020 0,78%) do total da carteira de crédito.

O saldo das provisões para perdas associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 78.569 mil (31/12/2020 R\$ 66.084 mil) e consolidado R\$ 90.838 mil (31/12/2020 R\$ 84.246 mil), representando 1,37% (31/12/2020 1,68%) e consolidado 1,33% (31/12/2020 1,16%) do total da carteira de crédito, 34,79% (31/12/2020 35,57%) e consolidado 30,56% (31/12/2020 27,80%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 23/02/2022, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuam a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

DIRETORIA

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal em 23 de fevereiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM R\$ MIL

ATIVO	Nota Explicativa	Individual		Consolidado		PASSIVO	Nota Explicativa	Individual		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Disponibilidades		9.789	12.699	190	201	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		8.750.738	4.571.350	9.936.603	8.053.174
Instrumentos Financeiros		9.747.401	5.511.610	10.085.222	9.137.438	Depósitos	10	8.502.167	4.181.571	9.688.018	5.483.917
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	3.856.673	1.334.899	3.996.910	1.348.899	Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	10	-	-	-	2.032.159
Títulos e Valores Mobiliários	5	192.323	82.213	263.665	287.601	Relações Interdependências	-	-	-	-	14
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	17.898	2.492	17.898	2.492	Obrigações por Empréstimos e Repasses	10	4.852	7.693	4.852	7.693
Relações Interfinanceiras	-	-	-	13.637	7.764	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	243.719	382.086	243.719	529.388
Operações de Crédito	7	5.680.507	4.092.006	6.793.112	7.490.682	PROVISÕES	-	17.551	22.782	18.334	23.109
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7 c/d	(78.569)	(66.084)	(90.838)	(84.246)	CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS, Trabalhista e Cíveis	11	17.551	22.782	18.334	23.109
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		(1.187)	(1.411)	(1.187)	(1.411)	Outros Passivos	12	120.622	108.725	145.262	143.148
Outros Ativos	8	88.320	82.567	92.891	103.856	Obrigações Fiscais Diferidas	26.228	69.131	26.230	105.666	
Créditos Tributários		79.899	115.375	91.009	164.641	Participação de Não Controladores	-	-	-	24.255	22.701
Investimentos em Participações em Controladas	18	97.020	90.803	-	-	Patrimônio Líquido	13	1.036.693	981.886	1.036.693	981.886
Imobilização de Uso Intangível		19.786	17.513	20.763	18.197	Capital Social		489.598	473.930	489.598	473.930
Depreciações e Amortizações		4.929	4.479	5.989	5.519	Reservas de Capital		4.099	4.099	4.099	4.099
Ativo Total		9.951.832	5.753.874	11.187.377	9.329.684	Reservas de Lucros		544.403	505.264	544.403	505.264
						Ações em Tesouraria		(1.407)	(1.407)	(1.407)	(1.407)
						Passivo Total		9.951.832	5.753.874	11.187.377	9.329.684

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de Acionistas não Controladores	Total
Saldos em 31/12/2019	448.030	4.099	499.818	(1.053)	-	-	950.894
Aumento de Capital - AGE 24/04/2020	25.900	-	(25.900)	-	-	-	-
Outros Eventos:							
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	22.287	22.287
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	(354)	-	-	(354)
Lucro Líquido do Exercício					50.498	575	51.073
Destinações:							
Reservas	-	-	31.346	-	(31.346)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(19.152)	(161)	(19.313)
Saldos em 31/12/2020	473.930	4.099	505.264	(1.407)	-	22.701	1.004.587
Mutações do Exercício	25.900	-	5.446	(354)	-	22.701	53.693
Saldos em 31/12/2021	473.930	4.099	505.264	(1.407)	-	22.701	1.004.587
Aumento de Capital - AGE 31/03/2021	15.668	-	(15.668)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício					76.059	2.038	78.097
Destinações:							
Reservas	-	-	54.807	-	(54.807)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	(21.252)	(484)	(21.736)
Saldos em 31/12/2021	489.598	4.099	544.403	(1.407)	-	24.255	1.060.948
Mutações do Exercício	15.668	-	39.139	-	-	1.554	56.361
Saldos em 30/06/2021	489.598	4.099	507.827	(1.407)	-	23.442	1.023.559
Lucro Líquido do Semestre					47.936	1.066	49.002
Destinações:							
Reservas	-	-	36.576	-	(36.576)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	(11.360)	(253)	(11.613)
Saldos em 31/12/2021	489.598	4.099	544.403	(1.407)	-	24.255	1.060.948
Mutações do Semestre	-	-	36.576	-	-	813	37.389

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM R\$ MIL

	Individual		Consolidado	
	2º Semestre	Exercícios	2021	Exercícios
	2021	2021	2020	2020
Lucro Líquido	47.936	76.059	50.498	76.059
Total Resultado Abrangente do Semestre/Exercícios	47.936	76.059	50.498	76.059

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL

1. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(a) **Atividade e estrutura do Grupo:** O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em



FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL

Ouviodora: 0800-7220140

na data dessas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2021 estão demonstradas a seguir:

	Individual			Consolidado		
	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)
Saldo inicial em 01/01/2021	4.015	17.594	1.173	22.782	4.155	17.713
(+) Complemento líquido de reversões (3.105) (*)	16.869	—	1.262	15.026	(3.224)	17.569
(-) Atualização	78	—	78	81	—	1.225
(+) Pagamentos	(19.754)	(20.335)	(19.836)	(590)	(590)	(20.426)
Saldo final em 31/12/2021	988	14.709	1.854	17.551	1.012	15.446

(*) Refere-se, basicamente a reversão decorrente de ganho de ação da tese aviso prévio indenizado. (**) Refere-se, basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período. (a) As obrigações fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exatidão a longo prazo na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento. A Companhia e sua controlada possuem outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda provável, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 6.756 (31/12/2020 R\$ 6.618) e consolidado R\$ 14.403 (31/12/2020 R\$ 14.045). (b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensões direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento. As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisões são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia e sua controlada a esse título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda provável atingiram o montante de R\$ 13.368 (31/12/2020 R\$ 25.593) e consolidado R\$ 13.506 (31/12/2020 R\$ 25.725). (c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para ações consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda provável atingiram o montante de R\$ 4.701 (31/12/2020 R\$ 1.211) e consolidado R\$ 5.400 (31/12/2020 R\$ 1.831), representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

12. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de crédito - valores a processar/liberar	40.516	50.026	50.799	66.800
Provisões de pessoal e administrativa	24.168	20.194	35.351	30.664
Fiscais e previdenciárias	23.604	7.155	24.631	12.717
Sociais e estatutárias	17.924	16.338	19.783	17.677
Resultado de exercícios futuros	7.606	9.966	7.606	9.966
Outros	6.804	5.046	7.092	5.324
Total	120.622	108.725	145.262	143.148
Circulante	119.947	107.300	142.493	135.754
Não Circulante	675	1.425	2.769	7.394
Total	120.622	108.725	145.262	143.148

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital Social:** Dividido em 58.736.269 (31/12/2020 58.736.269) de ações ordinárias e 44.206.287 (31/12/2020 44.206.287) de ações preferenciais sem valor nominal. E assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/03/2021, homologada em 08/06/2021 pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento do capital social para R\$ 489.598 mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 15.668. (b) **Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

(j) Cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio sobre o Lucro Líquido Anual:

	Exercício	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	76.059	50.498
(-) Reserva legal	(3.803)	(2.525)
Lucro líquido ajustado	72.256	47.973
Juros sobre capital próprio - valor bruto	21.252	14.152
- Imposto de renda na fonte - 15%	(3.188)	(2.873)
Juros sobre capital próprio - valor líquido % sobre o lucro líquido ajustado	18.064	16.279
	25%	34%

Os juros sobre o capital próprio alcançaram R\$ 21.252 no exercício (2020 R\$ 19.152), correspondendo ao valor bruto de R\$ 25,05 por lote de mil ações ordinárias (2020 não houve pagamento para ações ordinárias) e R\$ 448,90 (2020 R\$ 434,53) por lote de mil ações preferenciais. Os juros sobre o capital próprio referente ao primeiro semestre totalizaram R\$ 8.992 (2020 R\$ 9.053), correspondendo ao valor bruto de R\$ 224,45 (2020 R\$ 205,39) por lote de mil ações preferenciais. Para o segundo semestre de 2021 foi aprovado o valor de R\$ 11.360 (2020 R\$ 10.099), correspondendo a R\$ 25,05 por lote de mil ações ordinárias (2020 não houve pagamento para ações ordinárias) e R\$ 224,45 (2020 R\$ 229,14) por lote de mil ações preferenciais. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 8.501 (2020 R\$ 7.661) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Carta Circular BACEN nº 3.935/19, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais. (c) **Reservas de lucros:**

	Individual e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal	74.787	70.984
Reservas estatutárias - aumento de capital	381.612	351.377
Reservas estatutárias - dividendos	88.004	82.903
Total	544.403	505.264

(d) **Ações em tesouraria - programa de recompra de ações:** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. No exercício de 2020, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189. A quantidade de ações em tesouraria em 31/12/2021 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407. Em 31/12/2021 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente. O valor de mercado das ações, em 31/12/2021, era de R\$ 4,72 por ação ON e R\$ 5,70 por ação PN.

(e) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	Individual		Exercícios	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Disponibilidades	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
- Controlada	9.634	12.538	—	—
Banco Alfa S.A.	9.634	12.538	—	—
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros	(4.645.494)	(2.846.672)	(161.917)	(109.224)
- Outras partes relacionadas (1)	(4.645.494)	(2.846.672)	(161.917)	(109.224)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	—	(2.260)	(26)	(7.383)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(4.645.494)	(2.844.412)	(161.891)	(101.841)
Aquisição de ativos financeiros	4.831	16.863	1.621	5.418
- Controlada (2)	4.831	13.037	1.593	4.406
Banco Alfa S.A.	4.831	13.037	1.593	4.406
- Outras partes relacionadas (1)	—	3.826	28	1.012
C&C Casa e Construção Ltda.	—	3.826	28	1.012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Christophe Yvan François Cadier - Presidente
Adilson Herrero
Luiz Alves Paes de Barros

DIRETORIA

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
Antonio José Ambrozano Neto
Fabiano Siqueira de Oliveira
Felipe Barbosa da Silveira e Silva
Marcelo Borba Bauer

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjona
CRC 15P 232.846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

Provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 (b) e nº 11, a Companhia e sua controlada constituem, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação da provisão para demandas judiciais cíveis e trabalhistas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pela Companhia e sua controlada. Para determinação da provisão para demandas judiciais fiscais, as estimativas do deslêcho e do efeito financeiro são determinadas considerando a natureza das ações e com base no julgamento da Companhia e sua controlada, por meio da opinião dos assessores jurídicos. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto a mensuração no reconhecimento ou divulgação das provisões relativas a processos, e aderência à leis e regulamentos requer julgamento significativo da Companhia e sua controlada. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas internas e visam suportar o cálculo da provisão para eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento utilizado para a estimativa dos valores envolvidos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relativos ao registro das contingências, determinação do risco, cálculo dos valores envolvidos, acompanhamento e encerramento dos processos judiciais. Por amostragem, avaliamos a adequação dos dados, informações históricas, as premissas utilizadas na mensuração da provisão e das mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores e comparamos os últimos valores constantes da provisão com os valores definitivos dos processos encerrados no período corrente. Adicionalmente, revisamos o cálculo e a suficiência da provisão registrada pela Administração e solicitamos aos assessores jurídicos internos e externos informações relativas aos processos administrativos, tributários, cíveis e trabalhistas, por meio de cartas de confirmação e comparamos as informações recebidas com a posição analítica de contingências da Companhia e sua controlada em relação aos valores envolvidos, natureza da causa, andamento do processo e probabilidade de êxito das ações. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, e a documentação suporte para o racional considerado pela Companhia e sua controlada na mensuração da provisão para contingências relevantes. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos assuntos tributários, cíveis e trabalhistas em que a Companhia e sua controlada estão envolvidas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

Valor justo de instrumentos financeiros Derivativos - Estrutura Hedge Accounting
Conforme notas explicativas nº 2 (d) e nº 6, a Companhia calcula o valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos tomando como base as informações divulgadas no mercado futuro (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão). A avaliação dos contratos de SWAP (CD X PRE) que, em parte, foram realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de ativos financeiros. Essa estrutura de proteção está classificada como "hedge" de risco de mercado, tendo como item objeto as operações de crédito. As operações de crédito objeto de "hedge" de risco de mercado são mensuradas a valor justo. Para cálculo do valor justo, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (D X PRE) para cada respectivo vencimento. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de "hedge" devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece os critérios para o registro e a avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além das políticas e documentações da Companhia que suportam a designação como "hedge" de risco de mercado e das metodologias utilizadas para mensuração da efetividade do hedge. Devido ao julgamento envolvido para a mensuração dos derivativos e itens objeto de "hedge" e para a determinação das premissas utilizadas consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e os controles internos adotados pela Companhia para a mensuração de instrumentos financeiros derivativos, bem como o teste de "hedge" e o acompanhamento da estrutura de "hedge". Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os

modelos desenvolvidos pelos profissionais da Companhia para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pela Companhia incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de hedge para preservar o spread das operações de crédito. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação como contabilidade de proteção, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias, metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e aplicáveis à Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, dos itens objeto de "hedge" e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e sua controlada, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos essas demonstrações está conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia e sua controlada é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração da Companhia e sua controlada é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada de continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

boço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total. Em 31/12/2021, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 10,36% (31/12/2020 11,72%).

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) **Outras receitas operacionais:**

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Reversão de provisão fiscal	3.110	3.110	—	—
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	1.385	1.677	798	1.791
Receita com portabilidade de crédito	1.031	1.597	2.172	2.533
Dividendos recebidos/prescritos	494	998	901	901
Reversão de provisão para contingências trabalhistas	199	998	4.778	282
Reversão de provisão operacional	149	149	—	149
Outras rendas operacionais	131	292	339	360
Total	6.499	8.022	8.988	9.310

(b) **Despesas administrativas:**

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Processamento de dados	(12.299)	(22.301)	(29.586)	(28.563)
Serviços de terceiros	(6.395)	(12.513)	(10.790)	(12.950)
Aluguéis	(4.260)	(8.698)	(8.421)	(9.201)
Serviços técnicos especializados	(3.682)	(6.793)	(9.614)	(7.540)
Serviços do sistema financeiro	(2.794)	(5.467)	(6.041)	(7.925)
Propaganda e publicidade	(2.712)	(6.284)	(5.478)	(6.291)
Comunicações	(1.833)	(3.576)	(3.988)	(3.986)
Promoções e relações públicas	(1.773)	(2.971)	(2.180)	(2.995)
Contribuições filantrópica	(1.372)	(1.431)	(763)	(1.734)
Depreciação e amortização	(1.274)	(2.461)	(2.258)	(2.738)
Outras despesas administrativas	(3.178)	(6.500)	(6.974)	(7.985)
Total	(41.572)	(78.995)	(86.113)	(91.918)

(c) **Outras despesas operacionais:**

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Comissões	(8.989)	(17.011)	(12.769)	(17.011)
Despesas com intermediação/igualização de contratos	(7.060)	(12.408)	(9.009)	(12.536)
Indenização trabalhista e cível	(1.684)	(3.914)	(4.510)	(3.942)
Reassimilamento de custo de originação	(1.499)	(3.644)	(2.489)	(6.315)
Comissão de fiança	(901)	(1.892)	(2.519)	(2.657)
Despesas com créditos inadimplentes	(695)	(1.372)	(1.026)	(1.418)
Prêmio de operações de vendas - ligadas	(168)	(530)	(813)	(1.644)
Perdas Operacionais	—	(57)	—	(6.682)
Outras despesas operacionais	(2.251)	(2.568)	(192)	(2.570)
Total	(23.247)	(43.396)	(40.727)	(54.775)

(d) **Contratação de seguros:** O Conglomerado tem como política assegurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 102,245 (31/12/2020 R\$ 96,485) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2020 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2020 R\$ 3.000), para seguir eventuais danos ao Conglomerado. (e) **Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia e sua controlada não mantêm planos de remuneração em ações (stock options) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

18. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

	Valor contábil do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Banco	80%	80%	2.624	8.154
Alfa S.A	80%	10,192	20.304,520	97.200
			90.803	4.264
			2.624	8.154

☆ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências

significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade: a) O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitar, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; b) As Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2021, comparadas com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2020, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e ao Comunicado nº 14.259/06, ambos do Banco Central do Brasil; e c) O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários".

São Paulo - SP, 23 de fevereiro de 2022

Ailton Carlos Canette
Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Nelson Marcelino
Fernando Pinto de Moura

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

O novo cenário, decorrente da grave crise socioeconômica mundial trazida pela Covid-19, trouxe uma série de desafios desde o primeiro semestre de 2020:

i. Assim como as demais instituições financeiras e empresas de outros setores, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários, o Banco continuou utilizando os processos de rodízio e home-office para seus colaboradores.

ii. Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. O Comitê de Risco, baseado no acompanhamento rotineiro do valor da "perda esperada" realizado pela Diretoria de Riscos, recomendou a constituição de novos montantes de PDD, especialmente no Atacado (BAI e AAM). Em função disso, provisão adicional foi constituída para fazer frente a eventuais perdas.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de julho a dezembro de 2021, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, prevenção à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.433, de 23.07.2015 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

Controles Internos

O Comitê acompanhou as atividades da área de Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

O Comitê acompanhou as atividades da área de Controles Internos e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro. O Comitê também acompanhou a implantação da Resolução 119/2021, que entrou em vigor em 1º de setembro de 2021, que alterou alguns artigos da Circular 3978/2020.

Segurança da Informação

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento do plano integrado de segurança da informação, que dentre outras ações compreendeu:

- Criação do Comitê de Gestão integrada de Riscos Cibernéticos (GIRC);
- Revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, adequando-a à Resolução CMN 4893 de fevereiro de 2021;
- Contratação da PWC para os serviços de SOC - monitoramento do ambiente de segurança da informação;
- Revisão do documento de premissas e inclusão de padrões de segurança para desenvolvimento de aplicações e sistemas corporativos;
- Adequação da Política de Gerenciamento Integrado de Risco do Conglomerado Prudencial em relação as questões de risco cibernético;
- Mapeamento pela Auditoria Interna dos principais sistemas transacionais, para revisão de permissões e alçadas e posterior desenvolvimento dos planos de ação;
- Outras ações que serão desenvolvidas e implantadas no decorrer de 2022.

Auditoria Externa e Interna

A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 31.12.2021; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do segundo trimestre de 2021.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, concluiu o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 23 de fevereiro de 2022

Ciderlene Justino de Souza

Adilson Herrero

Paulo Aluizio Machado de Andrade

